

O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo

Alessandra Beber Castilho

Pertenencia Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo contextualizar a presença e a participação do Ministério das Relações Exteriores dentro do aparato repressivo montado pelo Regime Militar entre 1964 e 1985. Tendo como premissa a hipótese de que questões internas como a forma de governo interferem na política externa, procuraremos analisar de que forma se deu a política externa brasileira dentro do contexto repressivo, seja no monitoramento de exilados fora do país bem como através da ajuda logística na implementação de ditaduras no restante da América do Sul nos anos 1970, especialmente sua participação na rede repressiva do Cone Sul, denominada Operação Condor.

Palavras-chave:

política externa – Itamaraty – regime militar

Abstract:

The present article intend to contextualize the presence and the participation of the Ministry of Foreign Affairs inside of the repressive display assembled by Military Regime between 1964 and 1985. Premised on the hypothesis that domestic issues such as the form of government affect foreign policy, we will try to analyze how was the Brazilian foreign policy in the repressive context, monitoring exiles outside the country as well as by logistical help in implementation of dictatorships in the rest of South America in the 1970s, especially their participation in the Southern Cone's repressive network, known as Operation Condor.

Keywords:

foreign policy – Itamaraty – military regime

Após a Segunda Guerra Mundial, a construção da identidade política latino-americana começa a ser desenhada “[...] num tabuleiro de apenas duas cores”, dentro do qual “o Brasil permaneceu na órbita da diplomacia norte-americana, assim como o restante dos países latino-americanos” (BRASIL, 2007, p. 19).

No período da Guerra Fria os Estados Unidos necessitavam do controle efetivo sobre a América Latina para o fortalecimento de seu *status quo* - dessa forma, tornaram-se cada vez mais frequentes a ida de chefes e oficiais das repúblicas latino-americanas aos centros de formação pertencentes às Forças Armadas dos Estados Unidos – em especial Fort Benning, no estado americano da Geórgia e Fort Gulick, no Panamá, criado em 1946 e renomeado por John Kennedy anos mais tarde para “Escola das Américas” (QUADRAT, 2002).

Dentro da Escola das Américas, para além da formulação de um pensamento estratégico e tático e de seu objetivo oficial de promover estabilidade política na América Latina (PENNA FILHO, 2009), havia uma grande ênfase na doutrinação ideológica, disseminação do anticomunismo, com ensino de táticas para o reconhecimento de “subversivos”, técnicas de tortura e guerra psicológica.

O ensino da Escola das Américas, calcado na visão do comunismo como um mal a ser combatido e na eliminação do inimigo interno subversivo influenciou a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que encontrou ressonância, no Brasil, dentro da Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em 1949, ela é “entendida como o locus onde se discute geopolítica por excelência e, portanto, a instância responsável pela concepção estratégico-militar de projeção de país” (GONÇALVES; MIYAMOTO, ano, p. 176). Sua elaboração era calcada segundo os princípios do positivismo comtiano, do nazismo e o pensamento de Góes Monteiro (idem). Além disto, a DSN apresentava quatro ingredientes básicos que, ao serem associados ao

anticomunismo e a uma realidade nacional em que qualquer tipo de reforma ou democratização da sociedade era vista com maus olhos por uma elite oligárquica, resultariam no aparato teórico da repressão.

Esses quatro ingredientes, segundo Garcia (1994) seriam: a concepção geopolítica do espaço vital, o uso de conceitos como inimigo interno e inimigo externo, inserção da suposta luta antissubversiva em um cenário que culminaria na Terceira Guerra Mundial e a aplicação das doutrinas francesas de insurgência e contra insurgência.

Castello Branco: quando o SNI encontra o Itamaraty

Segundo Furtado, o autoritarismo político, que a partir de 1964 neutralizou por quase duas décadas todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbava tendências perversas do nosso desenvolvimento mimético, apresentando um recuo com relação aos ganhos obtidos tanto com a política externa independente, quanto com a democratização interna desde o fim da era Vargas e ampliada sobremaneira pelo governo Juscelino Kubitschek. (GEHRE, 2009, p. 76).

Este artigo seguirá o pressuposto dado por Gonçalves e Miyamoto (1993), no qual os objetivos nacionais, inclusive a política externa, são decididos dentro da “arena interna” através de disputas tanto entre os setores da sociedade civil quanto entre setores da burocracia estatal no processo decisório. Obviamente, este depende da ideologia e do regime político em que se está inserido. No caso de regimes autoritários, tende a prevalecer a posição daqueles que detêm o poder estatal e uma forte ideologização dos atores, em que “a crise externa tende a transformar-se em crise interna, na medida em que os opositores do regime encontram na arena externa aliados potenciais contra aqueles que os oprimem” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 213).

Esta crise interna e externa já é demonstrada no

primeiro governo do golpe, do marechal Castello Branco (1964-1967). Sua política externa foi marcadamente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional e pela teoria dos círculos concêntricos, na qual deveria haver uma hierarquia de aproximações, a saber: o Cone Sul, o continente Americano e o mundo ocidental (cristão, capitalista e democrático).

A política externa de Castelo Branco também é baseada na tese da defesa coletiva e integral (MARTINS, 1975), em que países do bloco ocidental teriam que dividir funções com o intuito de ajudar os Estados Unidos a combater o “perigo comunista”. Vasco Leitão da Cunha, chanceler brasileiro durante o governo Castelo Branco, afirmou que “o Brasil não admitiria qualquer ação comunista em seu território, não pactuando com o comunismo no continente americano” (apud GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993, p. 188).

Para Vizontini (2008), ao abandonar as diretrizes da Política Externa Independente, o Brasil passa a ter uma política de “projeção de poder (...) e descaso com as demais nações latino-americanas, sempre se alinhando à Casa Branca” (p. 42) em uma demonstração de subimperialismo. Assim sendo, há uma convergência entre o aparato repressivo e a formulação da política externa. Segundo Carlos Rezende Martins (1975):

[...] cumprindo a parte que lhe cabia executar no seio da nova divisão internacional de funções, o governo empenhou-se em colocar a casa em ordem. Graças à mobilização do aparelho repressivo, foram extintos os principais focos de resistência ao projeto de desenvolvimento dependente e associado. (p. 40)

O Itamaraty, embora possua uma imagem autônoma, distante de querelas internas, tornou-se peça do aparato repressivo. Não houve comissão de inquérito externa para analisar o MRE – sendo a única instituição que não passou por tal procedimento – devido à identificação que os militares tinham para com os diplomatas, chamados

de “militares a paisana”, dado a estrutura hierárquica e o alto grau de especialização da organização (VIZENTINI, 2008). Simultaneamente porém, diplomatas mais exaltados ligados a PEI foram compulsoriamente aposentados ou colocados na geladeira (transferidos para postos secundários). Pio Penna Filho (2009, p.44) afirma que:

Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de depuração interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros. Sua colaboração foi estreita com as principais agências responsáveis pela repressão no Brasil, como o temido SNI, com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica, por meio de suas respectivas agências especializadas, a saber: o CIE, o Cenimar e o CISA.

No governo Castelo Branco, além da conhecida intervenção do Brasil na República Dominicana em 1965, ocorre, após o rompimento de relações com a China, “a prisão e a tortura de nove membros do escritório comercial da China no Rio de Janeiro, acusados de ‘subversão’ e ‘expulsos’ somente um ano depois” (VIZENTINI, 2008, p. 42), além da criação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX).

O CIEEX foi criado em 1966, como um órgão do Itamaraty vinculado diretamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI), gozando de grande autonomia dentro do MRE cujos funcionários se dirigiam diretamente ao SNI. Tal órgão tinha a missão de coletar dados estratégicos para o Estado brasileiro, fazer análises de conjuntura político-econômica e militar sobre os países que mais interessavam ao Brasil – nossos vizinhos sul-americanos e os estados do bloco socialista; esses devido às conexões dos movimentos de esquerda, aqueles por terem sido o destino da primeira leva de exilados políticos, logo após o golpe. Entretanto, sua principal função era “monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política

e não aceitavam a nova ordem” (PENNA FILHO, 2009, p. 46).

Embora o Cone Sul como um todo e países do bloco socialista tenham sido alvo das operações do CIEX, cabe destacar, em um primeiro momento do golpe, suas operações no Uruguai. Por que tanto interesse no pequeno país vizinho?

Além de uma grande região fronteira, que favoreceria a fuga de opositores do regime, lá se encontravam duas das figuras mais proeminentes da política nacional exiladas após o golpe, a saber, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o presidente deposto, João Goulart. Ambos haviam montado “redes solidárias” de acolhimento a exilados que chegavam ao pequeno país vizinho. Por ser um país democrático e estável a época, era considerado pelos resistentes um porto seguro para a elaboração de estratégias políticas contra a ditadura, um local onde se poderia planejar a volta ao país. Não a toa as cidades binacionais e a fronteira entre Brasil e Uruguai tenham adquirido tanta importância estratégica:

[...] a extensa fronteira seca e as cidades “binacionais” (Chuí-Chuy e Santana do Livramento-Riviera), tornaram-se áreas extremamente sensíveis tanto aos acontecimentos da política interna de cada um dos países, quanto da política regional tomada em perspectiva global. Diversas rotas de passagem se construíram no espaço interfronteiriço entre os dois países, de uso da resistência e da repressão. [...] (d) os denominados “pombos-correios”, pessoas vinculadas ao ex-governador Leonel Brizola que desempenhavam a função primordial de manter conexões políticas entre a comunidade exilada em Montevidéu e a resistência organizada no Brasil. (PADRÓS; MARÇAL, 2009, p. 40).

Assim, a Embaixada brasileira em Montevidéu, além do monitoramento das atividades políticas dos exilados, começa a exigir o tratamento da questão no nível bilateral, cobrando uma atuação mais firme de Brasília, o

que ocorre através de cursos de aperfeiçoamento militar e acordos comerciais com alguns setores das Forças Armadas uruguaias que apoiavam a repressão brasileira em solo uruguaio (PADRÓS, MARÇAL, 2009).

Costa e Silva: solidariedade terceiro-mundista nos anos de chumbo.

A teoria dos círculos concêntricos encontrou seu fim com o início do governo Costa e Silva (1967-1969). Sua política externa ficou marcada pela diplomacia da prosperidade, cuja prioridade passava ser o desenvolvimento nacional, descolando-a da questão da segurança coletiva. Houve uma guinada favorável a integração latino-americana e terceiro-mundista e a substituição da polarização Leste-Oeste pela polarização norte-sul (MARTINS, 1975). Fortemente marcado por contradições, entre os obstáculos ao desenvolvimento do país – cujos principais pontos eram o monopólio de tecnologia pelas grandes potências e a estrutura do comércio internacional que favorecia o mundo desenvolvido – também se encontrava a expansão do comunismo (MIYAMOTO, GONÇALVES, 1992), levando a exclusão de países comunistas de sua aliança terceiro-mundista.

O abandono das fronteiras ideológicas e da tese de segurança coletiva do governo Castelo Branco e a adoção de um discurso de solidariedade terceiro-mundista e integracionista no âmbito da política externa, entretanto, não significou uma atenuação da repressão. Por um breve momento a “luta antissubversiva” se torna um assunto exclusivamente interno, de responsabilidade das Forças Armadas de cada país (FERNANDES, 2010). Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968 promulga o Ato Institucional nº 5 (AI-5), dando início ao período mais trágico da ditadura brasileira, conhecido como “anos de chumbo”. O AI-5 foi o período de “sistematização e generalização das práticas repressivas, como tortura, sequestros, assassinatos e desaparecimentos” (FERNANDES, 2010, p. 162).

A Doutrina de Segurança Nacional aplicada à realidade brasileira e sul-americana transformou todo e qualquer conflito de ordem social e reivindicações de democratização da sociedade em um problema de segurança nacional e a qualquer opositor do regime em inimigo. A própria ideia de “inimigo oculto”, interno e externo, é sempre flexível e subjetiva o suficiente para mudar de acordo com o grupo dominante no poder (VALDÉS, 2004). Para a DSN, o inimigo interno atua tanto dentro como fora do país. O fato de haver uma “rede solidária” e a “vocação” internacionalista do comunismo e o recrudescimento da repressão contra os movimentos de resistência armados, fez com que o governo brasileiro prestasse muita atenção no que estava ocorrendo dentro de nossos vizinhos latino-americanos, afinal, “o ‘inimigo interno’ dos governos amigos do Uruguai, Argentina e do Paraguai (colaboradores, na lógica doutrinária) eram, também, inimigos da ditadura brasileira” (PADRÓS, MARÇAL, 2009, p. 45).

Médici: a exportação dos “anos de chumbo”

A chegada de Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, ao poder em 1969, foi sobremaneira facilitada pela mudanç a da conjuntura interna com a ascensão dos militares da linha-dura e a promulgação do AI-5 – uma tentativa de preservar a unidade dos militares em meio a uma crise político-ideológica (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1992). De que forma os “anos de chumbo” de Médici influenciaram a política externa e a diplomacia no período?

O chanceler a época, Gibson Barbosa, elabora o que conhecemos como a Diplomacia do Interesse Nacional, que vai ao encontro da ideia motriz do Brasil Potência criada em 1970. A Diplomacia do Interesse Nacional contrapõe-se a ideia de solidariedade terceiro-mundista. Para o governo Médici, tal solidariedade implicaria, ao fim e ao cabo, em uma ruptura do sistema capitalista e, por isto mesmo, deveria ser rejeitada. Nessa nova linha prioriza-se o bilateralismo e a via solitária para lograr seu objetivo mais

ambicioso: o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo (VIZENTINI, 2008).

As relações com a América do Sul são tensas. Os militares ganham a simpatia da Casa Branca devido ao combate à guerrilha, tornando-se aliados fundamentais no combate aos governos “subversivos” dos países vizinhos. Em 1970 a Unidade Popular de Salvador Allende ganha as eleições com o seu socialismo democrático, há o fortalecimento da *Frente Amplia* no Uruguai e o crescimento de grupos guerrilheiros de esquerda como os Tupamaros, no Uruguai e os Montoneros, na Argentina (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1992; VIZENTINI, 2008). A eleição de Allende era vista por Henry Kissinger um “desastre de grandes proporções para os interesses norte-americanos” (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1992, p. 226) e pelos militares brasileiros como um alerta e uma ameaça a segurança do hemisfério. Era preciso agir:

Sob um regime autoritário, que executava uma política interna de segurança e a reprimir todo movimento de contestação, ele tenderia, incoercivelmente, a exportar a contrarrevolução, intervindo *manu militari* ou por outro qualquer meio, além de suas fronteiras (BANDEIRA, 1993, p. 237 apud FERNANDES, 2010)

Em 1971, o Brasil participa do golpe que leva Hugo Banzer ao poder na Bolívia, derrubando o nacionalista Juan José Torres. Houve duas tentativas de golpe. Na primeira, fracassada, setores golpistas pediram asilo   embaixada brasileira, que fazia acusações ao governo boliviano de tentar implementar uma ditadura socialista com apoio dos soviéticos. Nosso país contribui com dinheiro, armas, bases de treinamento próximas às fronteiras e soldados, um aberto apoio logístico (FERNANDES, 2010).

Embora o apoio ao golpe da Bolívia tenha tido uma boa dose de elementos ideológicos, também houve interesses geopolíticos e econ micos. Apoiando o golpe, o Brasil teria vantagens através da mineração e da prospecção do gás boliviano além de evitar uma

aproximação maior da Bolívia com a Argentina, que poderia fechar o acesso do Brasil ao pacífico (GONÇALVES; MIYAMOTO, 2000).

No mesmo ano, surge a possibilidade de intervenção no Uruguai. A formação da Frente Ampla, coalizão de esquerda nos moldes da Unidade Popular que elegeu Allende no Chile, preocupava inclusive a opinião pública conservadora no Brasil, que clamava por uma intervenção diplomática naquele país:

O problema hoje, no Uruguai, como também, em graus variados, o de outros tantos países da América Latina, é o desafio representado pela subversão do comunismo internacional. [...] Hoje, há dois grupos totalitários que tentam conquistar o poder: os tupamaros anarquizantes de inspiração castrista e "MIR"-ista que empregam métodos terroristas, e o da Unidade Popular que pretende repetir o êxito da sua homônima chilena, [...] a qual pretende chegar ao poder no Uruguai pela via eleitoral [...] oferece a possibilidade da tomada do poder pela via parlamentar, pois os comunistas ortodoxos de linha moscovita julgam que o Uruguai é um dos poucos lugares da América Latina nos quais a experiência do Chile pode ser repetida. [...] A progressiva comunização da Bolívia e a crescente insegurança no Uruguai são novas ameaças diante as quais a diplomacia brasileira terá de se mobilizar. (O ESTADO DE S. PAULO, 1971, p. 3)

Elaborou-se então um plano no Brasil para a intervenção militar caso se observasse a vitória da Frente Ampla no Uruguai. Chamada Operação Trinta Horas – cujo nome deriva do tempo necessário para que as tropas brasileiras chegassem ao Uruguai desde Porto Alegre. Com a derrota da Frente para Juan Maria Broadberry, a operação foi cancelada – hoje, sabe-se que Pacheco Areco, antecessor de Broadberry na presidência, pediu ajuda a ditadura brasileira para evitar a vitória da Frente Ampla e que o Exército uruguaio estava pronto para agir conjuntamente. O interlocutor da operação entre o governo brasileiro e uruguaio seria Ruy de Paula Couto, agregado militar na Embaixada do Brasil em Montevidéu entre 1967 e 1969

(FERNANDES, 2010). Em 27 de junho de 1973 Broadberry dissolve o parlamento uruguaio e implementa a ditadura.

Diferentemente do golpe na Bolívia, a Operação Trinta Horas deu-se por motivos estritamente ideológicos. Segundo Gonçalves e Miyamoto (1993; 2000), com relação a política externa para a América Latina, prevaleciam as teses da Doutrina de Segurança Nacional. Noções como fronteiras ideológicas e guerra revolucionária permaneciam vivas e "as posteriores dificuldades enfrentadas pelo governo Médici, com os movimentos guerrilheiros, fizeram com que o estamento militar exercitasse a repressão, tanto internamente quanto junto às fronteiras onde esse risco parecesse iminente" (p. 192).

Também fica hoje cada vez mais claro o apoio e atuação do governo brasileiro no golpe que depôs Salvador Allende em 11 de setembro de 1973. Documentos secretos do CIEX mostram que o Itamaraty já sabia do golpe um mês antes de seu acontecimento e que militares chilenos estudavam a longevidade do 31 de março de 1964, a fim de importar experiências "úteis"¹. O embaixador do Brasil no Chile, Antônio Candido da Câmara Canto, hostil à Unidade Popular e ao governo de Allende, demonstrava claramente suas críticas em inúmeros telegramas com o Itamaraty. Amigo de militares chilenos contrários ao regime, ele teria sido peça chave da conspiração que derrubou o presidente chileno e colocou o ditador Augusto Pinochet no poder². De acordo com Bandeira:

Evidências houve de que oficiais brasileiros dos serviços secretos, em conexão, possivelmente, com a CIA, participaram da conspiração, tanto que o general

¹Ver matéria publicada no portal Carta Maior, "Ditadura brasileira soube do golpe contra Allende um mês antes" <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Ditadura-brasileira-soube-do-golpe-contra-Allende-um-mes-antes%0d%0a/5/25653>

²<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/mundo/noticia/2013/09/documentos-comprovam-apoio-brasileiro-ao-golpe-militar-no-chile-4264646.html>

Orlando Geisel, ministro da Guerra no governo Garratazu Médici, avisara ao embaixador do Paraguai que cedo o Chile cairia “em mãos dos militares”. O próprio embaixador dos EUA em Santiago, Edward Korry, afirmou que o “real apoio técnico e psicológico” ao *coup d'État* “veio do governo militar do Brasil”. E seu sucessor, o embaixador Nathaniel Davies, revelou que o embaixador brasileiro, Cândido da Câmara Canto, convidou-o para que conjuntamente planejassem e coordenassem os esforços no sentido de derrubar o governo de Allende. (BANDEIRA, online)

Geisel e Figueiredo: o voo do Condor

Em 1974, Ernesto Geisel assume a presidência do país em um período em que a ditadura já começa a apresentar desgastes. O chamado “milagre brasileiro” chega ao fim e com isso há a percepção da necessidade de correção de rumos. Na política externa, a diplomacia do interesse nacional é substituída pelo Pragmatismo Responsável, que visava a aproximação com os países do chamado Terceiro Mundo, de modo a diversificar as relações internacionais do país, levando ao fim o alinhamento automático com os Estados Unidos. Pela defesa da multipolaridade, o discurso da DSN é abandonado e a diplomacia brasileira deixa de se pautar pela polaridade leste-oeste (SARAIVA, 1998). O Pragmatismo Responsável leva o Brasil a retomar as relações com a China, condenar o *apartheid* sul-africano e apoiar a luta pela descolonização de Angola, dando suporte ao socialista MPLA. Seria o pragmatismo responsável o fim de uma diplomacia que, se não apoiou, foi no mínimo conivente com a repressão?

Embora com um discurso pragmático e terceiro mundista, a política externa da repressão atinge sua maturidade com o presidente Geisel, principalmente no que tange a América Latina. De fato, o discurso do pragmatismo responsável ecoa para fora do hemisfério pregando independência de nossas relações internacionais e uma diminuição do papel dos militares e da DSN na formulação

da política externa. Contudo, a questão regional e latino-americana ainda era tratada nos termos das fronteiras ideológicas e no combate ao inimigo comunista subversivo. Nessa mesma época, com apoio deste mesmo governo “responsável e pragmático”, surge a Operação Condor, aparato de conexões repressivas no Cone Sul.

A Operação Condor nasce em 1975, idealizada pelo chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (DINA, a polícia secreta do governo Pinochet) Manuel Contreras. (QUADRAT, 2002). O nome é uma alusão à ave símbolo chilena, e sua justificativa era a seguinte:

La subversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparada por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. [...] Para enfrentar esta Guerra Psicopolítica, hemos estimado que debemos contar en él ámbito internacional con un mando centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la Seguridad (CONTRERAS apud QUADRAT, 2002, p. 169).

O operativo foi uma “espécie de internacionalização articulada do padrão repressivo aplicado internamente nos respectivos países associados” (PADRÓS, 2009, p. 56), cujo *modus operandi* acabou dividido em três partes: a formação de um banco de dados que facilitasse a troca de informações entre os países, acerca das possíveis atividades subversivas; a criação do adido militar e, por fim, conferências bilaterais entre os serviços de inteligência dos países participantes (QUADRAT, 2002). De acordo com Gehre (2009, p. 87), “[...] a figura do adido militar adquiriu enorme importância no período porque, além de fornecer informações sobre presos políticos ou exilados por meio, dentre outras estratégias, da mala diplomática, observavam o dia-a-dia do país onde

serviam”.

A sua segunda fase organizou ações conjuntas nos territórios dos países membros da operação, visto que o combate ao comunismo deveria levar em conta não apenas a segurança interna do país, mas também seus vizinhos. Esse tipo de operação possibilitou manobras como a entrada e saída de prisioneiros sem qualquer registro oficial, sequestro de pessoas que estavam dentro da condição de refugiados do Alto Comissariado das Nações Unidas (QUADRAT, 2002, p. 179), as “caravanas da morte”, em que ativistas políticos chilenos exilados na Argentina e no Paraguai eram detidos e levados a campos de concentração mantidos pela DINA no Chile (CONTRERAS; DIAZ, 1998, p. 22), dentro dos quais muitos foram exilados ou simplesmente desapareceram.

A terceira e última fase da operação tinha como objetivo formar equipes que pudessem atuar em outras partes do mundo no combate ao “inimigo”. As ações da Operação Condor afetaram também cidadãos do Reino Unido, Espanha, Suíça e França, entre outros, o que levou, no primeiro semestre de 1996 a processos dentro da *Audiencia Nacional Española* contra integrantes da Junta Militar Argentina (1976-1983) e Chilena (1973-1990) por crimes de genocídio, terrorismo internacional e tortura. Outro exemplo é o atentado a bala ao vice-presidente de Salvador Allende, Bernardo Leighton, e a sua esposa em Roma, em 06 de outubro de 1975 (CONTRERAS; DÍAZ, 1998).

A participação do Brasil na operação começa a ser desvendada lentamente. Durante muito tempo os oficiais brasileiros negaram qualquer tipo de participação na operação Condor. Alguns autores, como Pio Penna Filho (2009), defendem que o Brasil não se interessou em se envolver tão diretamente no esquema, pelo simples fato de que a ditadura logrou eliminar os focos de dissidência do regime. Em 1976 a oposição armada já era quase nula e, com o cerco se fechando no Cone Sul, os exilados brasileiros

passaram a se refugiar em outras partes do mundo, em especial Europa, África e América do Norte. Outros, como Thiago Gehre (2009) e Enrique Padrós (2009) afirmam que o país participou, mesmo que na “mera” condição de membro observador e não se pode deixar de ressaltar que a ditadura brasileira era vista como exemplo pelas ditaduras do Cone Sul, devido à capacidade de se manter por um período prolongado e com um alto grau de consenso entre a sociedade civil um regime militar capaz de “reordenar o país”. Padrós afirma que nesta primeira reunião de 1975 o Brasil foi representado pelo coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, que se destacaram no Araguaia.

Documentos analisados recentemente pela Comissão da Verdade no Grupo de Trabalho Condor mostram que essa última hipótese é válida. Um telegrama de 7 de outubro de 1976 da embaixada do Brasil em Buenos Aires para o Ministério das Relações Exteriores em Brasília informando da visita do adido militar brasileiro em Buenos Aires a província de Tucumán para conhecer as “operações de combate a subversão” no norte da Argentina – para a segurança e privacidade dos adidos militares convidados, visitaram o centro de operações envergando uniformes do exército argentino. Outro documento, este de 15 de dezembro de 1976, mostra cumplicidade do SNI, da Polícia Federal e da Assessoria de Segurança da hidrelétrica de Itaipu para com as buscas, por autoridades paraguaias, de opositores da ditadura de Alfredo Stroessner em solo brasileiro³, entre outras evidências.

Matéria da revista Carta Maior de 19 de maio de 2013, feita com base em análises de documentos referentes à Operação Condor, ressalta, inclusive, que o chanceler Azeredo da Silveira recomendou o fechamento das

³Estes documentos estão disponíveis para consulta online no website da Comissão Nacional da Verdade, GT Condor: <http://www.cnv.gov.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>

fronteiras entre Brasil e Argentina quando do golpe daquele país, para evitar a vinda de exilados argentinos para o país.

Outro documento importante é o relatório da Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, intitulado “Direito à memória e à verdade” (2007), faz constar na lista dos 475 desaparecidos dentro do território brasileiro, sete argentinos ligados aos Montoneros. Destes sete militantes, um desapareceu em 1978, mas os outros desapareceram em 1980 em pleno governo Figueiredo em pleno processo de abertura política e após a promulgação da lei de anistia de 1979.

Apenas neste governo ocorreu a libertação de Flavia Schilling, militante brasileira exilada no Uruguai presa nesse país em 1974. A pouca vontade das autoridades brasileiras e uruguaias em resolver sua questão demonstram a atuação conjunta dos órgãos de repressão desses países. Outros casos são os sequestros de uruguaios em solo brasileiro levados de volta para Montevidéu (GONÇALVES; MIYAMOTO, 2000).

Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS no Rio de Janeiro, que conta os bastidores da repressão em depoimento que gerou o livro “Memórias de uma Guerra Suja” (2012), afirma inclusive ter participado de reuniões ligadas a Operação Condor em território brasileiro:

No segundo semestre de 1980, aconteceu um evento oficial no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, promovido pela International Police Association, que serviu de biombo para outra reunião, essa clandestina, que fez parte do contexto da Operação Condor. [...] Foram três dias de reuniões oficiais [...] Decidiu-se radicalizar os ataques a bomba em vários países da América do Sul que tinham governos militares, para que tais ações fossem atribuídas a esquerda, a exemplo do que tinha ocorrido na Argélia. [...] Do exterior sim, havia alguns oficiais superiores, de alta patente. Do Brasil, não. Só o pessoal do porão, os operadores. Os coronéis linha dura e outros oficiais não

queriam se expor ou deixar claro o real objetivo daquele encontro. (GUERRA, 2012, p. 129-131)

Conclusões Finais

Ainda que a diplomacia brasileira não admita abertamente sua participação no esquema repressivo montado durante a ditadura militar – e talvez nunca chegue a admitir, permanecendo muitos arquivos do Itamaraty longe dos olhos dos pesquisadores, é necessário começar a analisar a política externa da ditadura dentro deste contexto, não como algo descolado dos acontecimentos internos. Afinal, como já dito, o processo decisório é uma disputa que ocorre dentro da arena interna dos Estados e não pode ser desanexado da realidade de cada país.

Podemos ver que há uma linearidade e uma terrível evolução quando analisamos o papel da diplomacia e da política externa durante a repressão. Inicia-se com a espionagem de opositores exilados durante a ditadura e o monitoramento das atividades de grupos de esquerda no exterior, em especial na América Latina e no bloco comunista. Precisamente os resultados destas atividades, aliados a uma doutrina que procurará aniquilar de qualquer maneira aqueles considerados inimigos permitem que o governo brasileiro chegue à conclusão de que é preciso agir além fronteiras para conter este inimigo difuso, invisível e perigoso que tomava forma através das reivindicações democráticas da sociedade.

A condenação de qualquer tipo de demanda social como algo “subversivo” e “comunista” leva o país a apoiar e fomentar golpes de estado pela região – não importa o tipo de governo, se contra um militar nacionalista (Bolívia) ou um presidente que chegou ao poder através das urnas para aplicar um modelo de socialismo democrático (Chile). Até mesmo a organização de frentes democráticas e populares (Uruguai) eram o suficiente para que o governo brasileiro entrasse em alerta.

A Operação Condor não teria existido em uma

América do Sul democrática. Não teria existido sem as ditaduras que marcaram o continente na década de 1970. Logo, não teria existido sem o Brasil, cuja participação foi fundamental para o êxito dos golpes de estado que colocaram estas ditaduras no poder.

Compreender o papel do Brasil neste processo de

instauração de um aparato repressivo regional e o papel da política externa brasileira em um contexto de repressão é fundamental na busca de entendimentos sobre nosso passado recente e como isto afeta nossa relação com os países vizinhos. Também é fundamental caso queiramos um Ministério das Relações Exteriores mais transparente e democrático.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois*. Revista Espaço Acadêmico, n. 28, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/o28/28bandeira.htm>>

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_sem_a_marca.pdf>

_____. Comissão Nacional da Verdade. Grupo de Trabalho Condor. *Operação Condor e a Ditadura no Brasil: análise de documentos desclassificados*. 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>

CONTRERAS, Juan Carlos Gutiérrez; DIAZ, Myrna Roxana Villega. *Derechos humanos y desaparecidos en dictaduras militares*. América Latina, Hoy nº 20, p. 19-40, dezembro 1998.

FERNANDES, Ananda Simões. *A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do "Brasil Potência" na América Latina*. História Social, n. 18, 2010. Campinas: Unicamp. p. 158-176. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/356>>

GARCIA, Prudencio. *El drama de la Autonomía Militar: Argentina bajo a las juntas militares*. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000, p. 173-213.

_____. *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984*. Estudos Históricos, v. 6, n. 12. Rio de Janeiro, 1993. p. 211-246

GEHRE, Thiago. *América do Sul: A ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

GUERRA; Claudio; MEDEIROS, Rogério; NETTO, Marcelo. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

MARTINS, Carlos Estevam. *A evolução da política externa brasileira na década 64/74*. Estudos Cebrap, n. 12, 1975. p. 55-98

NOTAS E INFORMAÇÕES. *O Estado de S. Paulo*. 26 jan. 1971. p. 3. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710126-29388-nac-0003-999-3-not/busca/Uruguai>>

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. *Introdução – o Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de segurança nacional*. In PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LÓPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). *Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. v. 3. Porto Alegre: Conag, 2009. p. 49-81.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). In Revista Brasileira de Política Internacional. v. 52, n. 2. 2009. p. 43-62

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o "Mercosul" do terror. Estudos Ibero-Americanos. v. XXVII, n. 1. Porto Alegre: PUCRS, 2002, p. 167-182

SARAIVA, Miriam Gomes. Política externa, política interna e estratégia de desenvolvimento: o projeto de Brasil potência emergente (1974-1979). Sociedade em debate. v. 4, n. 1. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 1998, p. 19-38.

VIZENTINI. Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.